

CORPO DELIBERATIVO

Presidente	Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt
Vice-Presidente	Conselheiro Iran Coelho das Neves
Corregedor-Geral	Conselheiro Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	Ronaldo Chadid <i>Conselheiros em substituição conforme Ato Convocatório n. 004, de 01/10/2025</i>
Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo
Conselheiro	Sérgio de Paula

1ª CÂMARA

Conselheiro	Iran Coelho das Neves
Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo
Conselheiro	Sérgio de Paula

2ª CÂMARA

Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Ronaldo Chadid
<i>Conselheiros em substituição conforme Ato Convocatório n. 004, de 01/10/2025</i>	

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Coordenador	Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel
Subcoordenadora	Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos
Conselheiro Substituto	Célio Lima de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-Geral de Contas	João Antônio de Oliveira Martins Júnior
Procurador-Geral Adjunto	Matheus Henrique Pleutim de Miranda
Corregedor-Geral	Procurador de Contas Substituto Joder Bessa e Silva
Corregedor-Geral Substituto	Procurador de Contas Substituto Bryan Lucas Reichert Palmeira

SUMÁRIO

ATOS DE CONTROLE EXTERNO	2
--------------------------------	---

LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do TCE-MS.....	Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012
Regimento Interno.....	Resolução nº 98/2018



ATOS DE CONTROLE EXTERNO

Juízo Singular

Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos

Decisão Singular Interlocutória

DECISÃO SINGULAR INTERLOCUTÓRIA DSI - G.RC - 3/2026

PROCESSO TC/MS: TC/6586/2025

PROTOCOLO: 2833281

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

JURISDICIONADO: LEANDRO FERREIRA LUIZ FEDOSSO

TIPO DE PROCESSO: CONTROLE PRÉVIO

RELATOR: CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N.º 004, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025)

RELATÓRIO

Trata-se de Controle Prévio instaurado para acompanhamento do Pregão Eletrônico n. 055/2025, promovido pela Prefeitura Municipal de *Nova Andradina*, cujo objeto consiste na aquisição de toners e peças para impressoras, destinadas ao atendimento das Secretarias Municipais, com valor estimado de R\$ 1.056.996,40.

A sessão pública do certame encontra-se designada para o dia 12 de janeiro de 2026, circunstância que motivou a análise em caráter de urgência pela Divisão de Fiscalização de Contratações Públicas, consubstanciada na ANA-DFCONTRATAÇÕES-61/2026 (fls. 134-144), na qual foram identificadas impropriedades relevantes na fase preparatória do procedimento.

Consoante a instrução técnica, os autos foram encaminhados a esta relatoria para apreciação da adoção de providências cautelares, nos termos do art. 151, §1º, da Resolução TCE-MS n. 98/2018.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

A medida cautelar no âmbito do controle externo possui natureza instrumental e preventiva, sendo admitida sempre que presentes elementos suficientes a indicar risco concreto de dano ao erário, de comprometimento da competitividade do certame ou de inviabilização do próprio controle, nos termos do art. 56 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012 e do art. 151 do Regimento Interno deste Tribunal.

No caso em exame, a análise técnica aponta irregularidades formais e materiais relevantes, capazes, em juízo preliminar, de macular a legalidade e a competitividade do procedimento licitatório, destacando-se, em síntese:

1. **a ausência de parecer jurídico prévio**, exigido pelo art. 53 da Lei n. 14.133/2021, peça essencial ao controle de legalidade da fase preparatória, cuja inexistência impede a verificação das premissas jurídicas que fundamentaram a modelagem do certame;
2. **a inexistência de comprovação da designação formal e da publicidade do agente de contratação (pregoeiro) e da equipe de apoio**, em afronta aos arts. 8º, §§1º e 5º, da Lei n. 14.133/2021 e ao princípio constitucional da publicidade;
3. **a falta de objetividade nas exigências de habilitação fiscal**, notadamente quanto à extensão da regularidade fiscal municipal exigida, com potencial restrição indevida à competitividade, em desconformidade com o art. 68, III, da Lei n. 14.133/2021 e com o art. 193 do Código Tributário Nacional; e
4. **a ausência dos documentos que dão suporte à estimativa de preços**, uma vez que os autos contêm apenas planilha-resumo, desacompanhada das pesquisas de mercado, memórias de cálculo e parâmetros metodológicos exigidos pelos arts. 6º, XXIII, “i”, e 23 da Lei n. 14.133/2021.

As impropriedades detectadas, consideradas em conjunto, revelam, em análise preliminar e não exauriente, plausibilidade jurídica suficiente (*fumus boni iuris*) para justificar a atuação cautelar desta Corte, sobretudo diante da possibilidade de realização de contratação baseada em parâmetros incompletos ou juridicamente frágeis.



O *periculum in mora* também se encontra caracterizado, uma vez que a sessão pública do certame está iminente, podendo resultar na consolidação de atos administrativos potencialmente viciados, com risco de contratação desvantajosa e de posterior dificuldade de recomposição da legalidade, inclusive sob a ótica do controle externo.

Ressalte-se, por fim, que a presente decisão não importa em juízo definitivo acerca da regularidade do procedimento, limitando-se à adoção de providência acautelatória necessária à preservação do interesse público, da isonomia entre os licitantes e da efetividade do controle.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, com fundamento no art. 56 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012 e nos arts. 151 e 152 da Resolução TCE-MS n. 98/2018, bem como subsidiada pela análise técnica, a qual encampo como fundamento de decidir, **DECIDO**:

I – **DETERMINAR A SUSPENSÃO CAUTELAR IMEDIATA** do Pregão Eletrônico n. 055/2025, promovido pela Prefeitura Municipal de Nova Andradina, inclusive da sessão pública designada para 12/01/2026, até ulterior deliberação deste Tribunal;

II - A **INTIMAÇÃO** do Sr. **Leandro Ferreira Luiz Fedossi**, Prefeito de Nova Andradina, para que **cumpra** a medida imposta, comprovando-a no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, mediante a juntada dos documentos nestes autos, sob pena de multa correspondente a 1.000 (mil) UFERMS e eventual ressarcimento ao erário;

III - Nesse mesmo prazo, **apresente** defesa (documentos ou justificativas) a fim de comprovar a regularidade da licitação, caso entenda pelo prosseguimento da licitação na forma apresentada; ou as providências adotadas pela Administração, com base na Súmula 473 do STF (autotutela), devendo para tanto, encaminhar documentos aptos a comprovar a providência;

É a decisão cautelar.

Com o objetivo de dar celeridade à medida cautelar, além da intimação de praxe, fica **autorizada** a intimação via telefone e/ou e-mail, com a certificação nos autos, observado o disposto nos arts. 50, III, 55 § 2º da Lei Complementar n. 160/2012.

Remetam-se os autos à *Coordenadoria de Atividades Processuais* para publicação e demais providências de estilo. E encaminhe-se ao jurisdicionado cópia da Análise n. 61/2026 (fls. 134-144).

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 09 de janeiro de 2026.

PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS
Conselheira Substituta
(ATO CONVOCATÓRIO N.º 004, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025)

